

A DOENÇA DOS NOVE MESES: O CUIDADO COM A PARTURIENTE NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX

Sara Fernanda Zan¹; Anelisa Mota Gregoleti²; Gabrielle Legnaghi de Almeida³; Heloísa Raquel da Silva⁴; Nathália Moro⁵; Rodrigo Perles Dantas⁶.

¹Acadêmica do Curso de História-Sede, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bolsista do Programa Residência Pedagógica – UEM. zansaraf@gmail.com

²Doutoranda do curso de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: agreoleti@gmail.com

³Acadêmica do Curso de História-Sede, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bolsista do Programa Residência Pedagógica – UEM. E-mail: glegnaghi@gmail.com

⁴Acadêmica curso de História-Sede da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). E-mail: heloraqueldasilva@gmail.com

⁵Mestranda do curso de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: nathaliamor@hotmail.com

⁶Acadêmico do Curso de História-Sede, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). rodrigodantas789@gmail.com

RESUMO

Antes do desenvolvimento de uma área obstétrica e ginecológica a saúde da mulher era cuidada por profissionais da conhecida vulgarmente como medicina “popular”. O ofício da parturição e suas atuantes, as parteiras, estudavam e gerenciavam o campo da saúde feminina sendo as protagonistas no acompanhamento das mulheres gestantes. O presente trabalho adentrará, brevemente, no campo do ofício da parturição, tratando das incumbências das parteiras - que auxiliavam nos atendimentos e tratamentos de patologias referentes ao gênero – e a atuação delas em determinadas camadas da sociedade. Isto posto, através do documento serão brevemente citadas as possíveis patologias durante a prenhez, e as interferências destas na saúde da mulher. Não obstante, serão expostos a visão acerca do funcionamento do corpo da mulher durante a gestação e porque esta também era chamada de “doença dos nove meses”. Tendo em vista o recorte temporal estudado como de transição, serão perceptíveis alterações e incorporações de conhecimentos vindos do exterior, principalmente da medicina francesa, e também a permanência de teorias médicas tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Ginecologia; História das Ciências da Saúde; Parteiras.

1 INTRODUÇÃO

Partindo da premissa de que os gêneros possuem doenças diferentes, consequentemente, o tratamento destas é feito de forma distinta. Vê-se que, além de estar suscetível a enfermidades específicas do seu sexo, a mulher também pode adquirir outras patologias que só se viabilizam no período de prenhez. A fonte analisada é um Manual de parto, intitulado “Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres”, publicado pela parteira francesa residente no Brasil em 1830, Mme. Estephania Berthon. Segundo a parteira e autora do documento estudado os inúmeros incômodos que acometem as mulheres no durante a prenhez são tantos que esta pode ser chamada de doença dos nove meses. Das descrições existentes no compêndio existem tópicos detalhados sobre as dimensões da bacia da mulher, instruções para partos complicados, melhor posicionamento do feto e

Tendo como base as orientações indicadas no documento pode-se analisar de forma comparativa o desenvolvimento de novos paradigmas e saberes a respeito da saúde e tratamento de mulheres gestantes e parturientes, dentro do ofício da parturição em meio ao

seu processo de difusão no decorrer do século. Antes de 1900, majoritariamente todos os partos tinham assistência das madames parteiras, sendo essencial o papel das comadres na experiência das mulheres comuns (SHORTER, 1982). A narrativa descrita por uma parteira estrangeira e formada pela Faculdade de Medicina de Paris, na França, abarca um cenário exclusivo dentro do eclético meio da arte do parto. A autora, Estephania Berthon fazia parte das parteiras regulamentadas que estavam autorizadas as práticas de cura, e apesar de sua formação no exterior, esta exerceu sua profissão por aproximadamente uma década na instituição da Santa Casa de Misericórdia, e fora de registros por mais tempo. Apesar do perfil de parteira estrangeira, a unanimidade no trabalho e função dessas profissionais era o auxílio obrigatório das suas clientes. A relação construída entre parteira e parturiente ia além do profissional e priorizava a mulher antes do feto.

A construção das noções do corpo feminino foi sendo feita a partir dessa relação e acompanhamento, utilizando as experiências com as parturientes para se orientar em operações futuras. Isto exposto, o funcionamento do corpo feminino baseava-se na madre – o útero – segundo Mme. Bethon. A regulação dos menstruos servia como o relógio da boa saúde. A vista da época indicava que esse sexo não possuía naturalmente uma boa saúde, e dependia da evacuação frequente para evitar patologias. Ou seja, as mulheres reguladas e que não sofriam com a supressão dos menstruos mostravam-se mais saudáveis, menos enfermas e com maior vitalidade. Por outro lado, aquelas que tinham a supressão desses certamente poderia ver-se com indisposições e sintomas adversos. Logo, no tempo de gestação devido a supressão das regras as mulheres encontram-se frequentemente com doenças, que, por conseguinte são mais perigosas do que em seu estado normal. Pretende-se a partir do presente trabalho abarcar de forma aprofundada um viés – o cuidado das parteiras para com suas clientes - da pesquisa desenvolvida e finalizada. Assim, será exposto parte da análise do Manual estudado, os diagnósticos de patologias exclusivas do período gestacional, como isso influenciava na saúde da mulher, além de outros aspectos essenciais para compreensão do ofício do parto.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizando como fonte principal o Manual de Parto publicado em 1830, objetivamos analisar as descrições, métodos, e noções do corpo feminino, bem como suas patologias, no início do XIX. Com base nas orientações indicadas no documento pode-se analisar de forma comparativa o desenvolvimento de novos paradigmas e saberes a respeito da saúde e tratamento de mulheres, gestantes e parturientes, dentro do ofício da parturição em meio ao seu processo de difusão no decorrer do século. Para tal, foi necessário a utilização de autores para apoio metodológico no estudo do gênero e seu desenvolvimento, entre eles Thomas Laqueur e Michel Foucault.

Com investigação médica, a partir do XVIII, as diferenças sexuais foram datadas para construção de uma nova hierarquia, com estudos e re-interpretações. A visão androcêntrica estava intimamente ligada com poder, saber e sexualidade. Servindo para dominação, e opressão da mulher com novos normas, racionalização, tecnicismo e ordem. A diferença natural e imutável entre os sexos ganha destaque para justificar o aprofundamento nos estudos entre estes. Todavia, segundo Laqueur, a noção de diferença sexual e as descobertas científicas não significam nada isoladamente. Somente dentro do recorte temporal analisado pode-se perceber a influência desses conhecimentos, que são resultados de cada contexto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer do XVIII e XIX o aprofundamento científico para evidenciar as diferenças entre os sexos, demonstrando a especificidade do corpo feminino em comparação ao masculino. As diferenças eram medidas não somente na estrutura física, mas também em aspectos químicos como quantidade de gases consumidas por cada sexo. A perspectiva de sexo alicerçada como fenômeno natural, e a disputa do campo médico-científico pela soberania de seu estudo foram primordiais para constituição do sistema sexo-gênero, pois enraizaram as hierarquias e desigualdades que dividiram a espécie humana em duas opostas, corpos e sexos marcados pela diferença.

Ademais, o repentino interesse no desenvolvimento de uma área médica para mulheres, além do ofício da parturição, deu-se devido a preocupação presente no período com as taxas de natalidade - teses apresentadas as Assembleias¹ sobre a instrução de parteiras e mudanças no curso de parto que acarretaria no aumento populacional. Em seguida, vê-se que o desenvolvimento de uma área específica advinda de um interesse no que era quase sempre descrito como a missão passiva que a natureza encarregou a mulher, a gestação e nascimento. Médicos foram introduzidos ao estudo e estabeleceram delimitações a essa nova área de conhecimento, o corpo feminino era analisado como se fosse moldado para a reprodução e partindo disso a mulher tornou-se cobiçado objeto de estudo no campo médico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos a visão do corpo feminino a partir de um documento do século XIX, temos como indissociável o papel da mulher com noções de maternidade. O aprofundamento e especificação de uma área para o estudo do corpo feminino teve influência direta da perspectiva da mulher como detentora da função principal no quesito reprodução. Os paradigmas a respeito do corpo feminino e seus pudores existiam mesmo dentro de um campo formado por mulheres, mas estas ainda possuíam maior abertura e confiança de suas pacientes, aconselhando-as e auxiliando em patologias, durante o período pré e pós gestacional.

Em vista do que foi exposto, a então em construção área ginecológica no século XIX não se restringia apenas ao ambiente médico, integrando também outras classes, a exemplo das parteiras. Compreendendo que existiam estratificações e que estas estavam presentes mesmo entre as madames do parto, foca-se no objetivo comum da classe, auxílio, acompanhamento e cuidado das mulheres durante a gestação, no momento do parto, e posteriormente em sua recuperação. Logo, compreende-se que o desbravamento do corpo da mulher foi realizado por essas profissionais, que priorizavam a vida das clientes a dos filhos, e mesmo compreendendo o indivíduo mulher antes de mãe, ainda sim se dispunha a apoiar e auxiliar no que fosse necessário em seu atendimento.

Referências

Fonte

BERTHON, Estephania. *Compendio das doenças e outras indisposições das mulheres, para servir de guia as parteiras na arte dos partos: precedido d'huma dissertação sobre o tacto*. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Imperial de Seignot-Plancher, 1830. vii, 53p., 19 cm.

Bibliografia

¹ Mme. Berthon apresentou um memorial para a Assembléia Legislativa para instruir os parlamentares no momento da reforma do ensino médico. O curso de parteiras seria teórico e prático, com a duração de dois anos e regime de internato. (Mott, 1999, p.134 e 135).

ANDRADE LIMA, T. **Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, II (3): 44-96, Nov. 1995-Fev. 1996.

BARBOSA, Giselle Machado. **As madames do parto: parteiras através dos periódicos no Rio de Janeiro (1822-1889)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016. 161 f.

BARRETO, Renilda; BASTOS, Cristina (orgs.). **A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Thomas Laqueur; tradução Vera Whately. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

PERROT, Michelle. **Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência**. Cadernos Pagu, Unicamp, v. 4, 1995. pág. 9-28.

PRIORI, Mary Del (org). **História das Mulheres no Brasil**. Contexto, 2004.

ROSEN, G. Uma **História da Saúde Pública**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SHORTER, Edward. **A History of Women's Bodies**. U.S.A: Basic Books, 1982.

SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Melo. **Parto, parteiras e parturientes: Mme Durocher e sua época**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A Medicalização do Corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

WITTER, Nikelen Acosta. **Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura**. Tempo: Rio de Janeiro, n.19, abril. 2005. pág. 13-25.